

ATLANTISMO EM MANUTENÇÃO: UM BALANÇO DA PARCERIA ENTRE BRASIL E CABO VERDE DURANTE OS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Tatiana Raquel Reis Silva¹

Leandro Chaves Batista²



Introdução

Em uma perspectiva holística, a política externa brasileira voltada para o continente africano é historicamente marcada por momentos de maior proximidade e outros de relativo afastamento. Autores como Barriviera (2016) e Costa (2015) afirmam ter ocorrido uma retração nas relações Brasil-África com a chegada de Dilma Rousseff à presidência. Concebe-se imprescindível situar as relações estabelecidas entre o Brasil e as variadas nações africanas como um fenômeno integrado à lógica da Cooperação Sul-Sul (CSS), segmento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que abrange as ligações políticas, diplomáticas e comerciais articuladas entre países em desenvolvimento, norteadas pelo princípio da horizontalidade, com ênfase em benefícios mútuos. Com relação à cooperação estabelecida junto ao arquipélago de Cabo Verde, é importante assinalar que ela está amparada em um documento base: o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em 1977.

A princípio, considera-se pertinente pontuar que o “atlantismo” referido no título do artigo é uma ferramenta de diálogo direto com Saraiva (2012), que reconhece os esforços do Brasil em se aproximar de países africanos do Atlântico Sul como um empreendimento discursivo possibilitador de relações estratégicas. Sobre o termo “manutenção”, sua escolha será justificada ao

¹ Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Brasil. Email: tatianaraquel.reis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9208-3313>.

² Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Brasil. Email: leandrochaves1000@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1959-4035>.

fim do trabalho, mas adianta-se que ele guarda direta ligação com o recorte estudado.

O texto está estruturado da seguinte forma: a princípio, há uma caracterização do posicionamento internacional da ex-presidenta Dilma Rousseff por meio dos seus discursos nas assembleias gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), material coletado junto à Biblioteca Nacional da Presidência da República. Em seguida, encaminha-se a discussão para verificar qual o lugar que o continente africano ocupou na agenda de política externa da estadista, com destaque para as atividades de cooperação (Ipea 2016; 2018; ABC-MRE 2021) e as viagens presidenciais (Brasil 2021). Por fim, mapeia-se o nível da parceria Brasil-Cabo Verde durante o período, elencando as práticas desenvolvidas.

O perfil internacional do Brasil nos anos Rousseff

Tem sido comum, na análise de política externa dos mais variados governos, a utilização do instrumental teórico de Charles Hermann, notadamente o artigo intitulado *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*, publicado em 1990. Neste texto, Hermann procura compreender a diferenciação dos níveis de mudança autocorretiva em política externa causados por fatores como: condução de líderes, reivindicação de burocratas, reestruturações domésticas ou choques externos. As mudanças associadas a estes fatores podem ser: (1) de ajuste, quando a mudança ocorre no nível de esforço de determinada política, sem alterar o propósito da ação; (2) de programa, quando a mudança ocorre nos métodos ou meios pelos quais os objetivos são vislumbrados; (3) de problema ou objetivo, quando o propósito da ação é substituído ao longo da gestão; e (4) de orientação internacional, quando há um redirecionamento amplo da percepção do ator (dirigente de Estado) com relação ao seu papel no sistema internacional (Hermann 1990).

Uma parte da literatura sobre a política externa brasileira para a África durante os governos Dilma Rousseff têm comungado da perspectiva de que, neste período, a diplomacia brasileira sofreu uma mudança de ajuste (Cornetet 2014; Albanus 2015; Costa 2015; Ziebell de Oliveira 2015). Estes autores concordam que houve uma diminuição da intensidade das relações do Brasil com o continente africano, manifestada, sobretudo, no menor número de visitas da presidenta e no número de iniciativas de cooperação durante o governo, quando comparado à gestão anterior, de Lula da Silva. É importante assinalar que essa redução não ocorreu apenas na agenda Brasil-África, sendo parte de um movimento de retração de toda a política externa brasileira nos

anos Rousseff. Configuram-se como elementos de continuidade a manutenção das relações com o eixo Sul-Sul, embora de baixo perfil; a demanda da justiça social junto a organismos multilaterais e defesa dos direitos humanos.

Considerando a centralidade e importância da Organização das Nações Unidas (ONU) na consolidação da paz e segurança internacional, toma-se como objeto de análise os discursos proferidos pela ex-presidenta nas cinco assembleias gerais do órgão as quais participou, marcadamente entre 2011 e 2015. Por meio deles, é possível mapear a existência de seis temas recorrentes:

1. *Por um mundo multilateral*: a reforma dos organismos internacionais: o multilateralismo configurou-se como eixo norteador da construção discursiva de Dilma Rousseff. Para ela, este era um aspecto que deveria ser ressignificado, ou melhor, ampliado, de modo que os países desenvolvidos e emergentes promovam ações coordenadas, e que os fóruns de diálogo se projetem através de coesão política e macroeconômica³.

A estadista era incisiva com relação à reforma institucional de organismos multilaterais, fixando o tema como um caminho para que os países emergentes aumentassem sua participação nos processos decisórios de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, em especial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas no caso brasileiro. Rousseff apontou, em distintas ocasiões, a importância de um conselho de segurança “[...] mais representativo, mais legítimo e eficaz” (Brasil 2015). Este último aspecto, “eficaz”, configura-se como uma crítica implícita ao fato de a ONU ter encontrado dificuldades em promover soluções pacíficas em territórios como a Líbia e a Síria, abrindo margens para intervenções unilaterais (e sem autorização) por parte de outros Estados.

Em 2014, ocorreu um marco significativo na institucionalização da cooperação entre os membros do BRICS, com a consolidação do Novo Banco

³ A respeito do caráter multilateral do Brasil, Saraiva (2014) aponta a existência, no governo Dilma I, de um minilateralismo orientado para os países emergentes, notadamente através de arranjos como o BRICS, agrupamento de cinco países de mercado emergente (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) criado em 2009. Diferentemente de um bloco econômico, a coalizão atua como plataforma de diálogo e cooperação (econômica, política e militar) assentada nos princípios da autonomia, solidariedade e assistência mútua. Durante sua gestão como chefe do executivo brasileiro, Dilma Rousseff participou de cinco cúpulas do BRICS (edições III a VII).

de Desenvolvimento (NBD)⁴ e de um Arranjo Contingente de Reservas. Até então, a coalizão estava restrita a exprimir anseios comuns aos países membros, como o fortalecimento do multilateralismo, a defesa à reforma dos organismos internacionais, a condenação ao terrorismo, uma postura inclinada ao desenvolvimento sustentável, entre outros temas. No entanto, a partir do NBD, o arranjo dos emergentes ganhava um importante elemento: uma instituição financeira internacional que emerge como uma ferramenta alternativa da CSS a organizações como o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, hegemônicas pelos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

2. *A importância da Rio+20 para a definição de agendas*: como forma de enfatizar a relevância do desenvolvimento sustentável para o século XXI, Rousseff fez diversas menções aos encaminhamentos da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro), a saber o firmamento de um compromisso entre as nações no que diz respeito à redução da emissão de gases. Segundo a ex-presidenta, o evento esteve ancorado no paradigma “crescer, incluir, proteger e preservar”, com enfoque na “erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo” (Brasil 2012).

Buscando atestar a viabilidade do desenvolvimento sustentável, Dilma Rousseff destacou a postura brasileira frente ao tema: “Entre 2010 e 2013, deixamos de lançar na atmosfera, a cada ano, em média, 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano. [...] Nos últimos 10 anos, reduzimos o desmatamento em 79%, sem renunciar ao desenvolvimento econômico, nem à inclusão social” (Brasil 2014). Esta é uma maneira de ressaltar a performance do Brasil no que se refere ao desenvolvimento sustentável, ratificando seu compromisso com o tema. Além de estar alinhado à questão do meio ambiente, e em especial aos desafios impostos pela mudança climática, este evento representou um importante propulsor do multilateralismo internacional.

3. *“Responsabilidade ao proteger”*: crítica ao intervencionismo militar: a referida premissa confere aos processos de intervenção, paradigmas respeitosos à soberania das nações. No que se refere às tratativas internacionais

4 Com o objetivo de financiar iniciativas para o desenvolvimento e infraestrutura dos países emergentes “O NBD foi fundado com capital autorizado de US\$ 100 bilhões e capital inicial de US\$ 50 bilhões, com contribuições distribuídas igualmente entre os cinco membros fundadores (US\$ 10 bilhões cada).” (Brics Policy Center 2018). Para mais informações do banco, consultar a página oficial em <<https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>> Acesso em: 20 de jul. 2022.

destinadas às crises políticas, sociais e institucionais, Rousseff reiterou que o Brasil é uma nação defensora do diálogo, em detrimento de soluções violentas. Seu posicionamento, com relação ao tema da segurança coletiva, no âmbito das assembleias gerais, costumava abranger apelos à comunidade internacional, ao condenar políticas de repressões brutais (tidos como vetores do terrorismo), alegando sua nocividade às populações civis e atribuindo o uso da força apenas às circunstâncias extremas.

Apesar de não se valer de uma estratégia ostensiva (em termos militares) para lidar com as crises no mundo árabe, Dilma Rousseff foi mais crítica a governos autocráticos dessa região do que seu antecessor Lula da Silva, que primava, sobretudo, pela manutenção das relações comerciais com países como a Líbia e a Síria. A posição da então presidenta coadunava diretamente com o espaço ocupado pelo tema dos direitos humanos em sua pauta diplomática. Um efeito disso foi o alinhamento, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, “[...] aos Estados Unidos na designação de um relator especial para monitorar a situação humanitária no Irã.” (Casarões 2012, 49). No mais, para além desse fato pontual, o governo brasileiro adotou uma postura amena com relação às violações contra as populações civis árabes, restringindo-se a emitir declarações condenatórias aos governos autocráticos, e utilizando o princípio da “Responsabilidade ao proteger” para se eximir de ações mais efetivas.

4. *Construindo um espaço latino-americano*: uma das principais estratégias de projeção internacional do Brasil é a reunião de esforços do país para se fazer um representante em potencial da América do Sul, ou mesmo da América Latina como um todo dentro de fóruns internacionais. Nesse sentido, Dilma Rousseff reforçava o empenho do Brasil em construir, junto aos países vizinhos, uma região pacífica, próspera, democrática e promotora da justiça social (Brasil 2012).

A importância de fortalecer o mecanismo regional, segundo a ex-presidenta, se faz principalmente no sentido de combater as desigualdades sociais, ratificar as raízes democráticas das nações do sul e promover “um crescimento econômico mais justo, inclusivo e sustentável” (Brasil 2014). Retornando ao anseio brasileiro de ser um representante da sua região, é perceptível nos discursos de Rousseff um reforço à credibilidade do país através do sucesso das políticas de distribuição de renda implementadas desde os governos Lula. Essa é uma estratégia discursiva que confere ao Brasil maior prestígio internacional, vide a capacidade de combater o desemprego, promover minimamente o bem estar social da sua população, e conseqüentemente, obter espaços em fóruns de concertação diplomática. A respeito do tema

da integração regional, Cervo e Lessa (2014) identificaram, já no primeiro governo Rousseff, um caráter hesitante dos países latino-americanos em razão da falta de consenso estratégico e de uma transitoriedade entre os comércios regional e extrazona⁵. Em outras palavras, não há um alinhamento de concepções de integração/visões de mundo entre os países da região, devido à heterogeneidade de modelos de desenvolvimento interno.

5. *O apoio à Palestina*: foi notável, em quatro das cinco assembleias, o apoio brasileiro ao ingresso da Palestina na Organização das Nações Unidas. Nas palavras de Dilma Rousseff, reconhecer a soberania e autodeterminação da Palestina é uma forma de contribuir para a paz no Oriente Médio: “Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional” (Brasil 2011). Para a ex-presidenta, esta era uma forma de promover um convívio minimamente pacífico entre Palestina e Israel.

6. *Defesa do direito à privacidade digital*: no início do mês de julho de 2013, veio à tona na comunidade internacional o escândalo sobre a espionagem eletrônica estadunidense no Brasil⁶. Tal fato provocou um estremecimento das relações bilaterais entre os dois países e Dilma Rousseff pontuou na ONU suas observações acerca do episódio, destacando que a interceptação de dados empresariais e diplomáticos feria o direito internacional e afrontava a soberania dos países. A ex-presidenta condenou a iniciativa dos EUA, mencionando a participação de empresas privadas na espionagem, e atrelou o direito à privacidade como um mecanismo promotor da liberdade de expressão, opinião e dos princípios democráticos (Brasil 2013).

5 Considerando a centralidade do Mercosul, Desiderá Neto (2017) aponta, como argumento para o baixo nível de integração latino-americana nos governos Dilma Rousseff, alguns entraves institucionais do órgão, como: falta de relevância do Parlamento do Mercosul (Parlasul) como organismo supranacional, participação meramente protocolar da sociedade civil nas tomadas de decisão do bloco, distribuição irregular de recursos para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e baixa institucionalidade do Brasil com relação ao processo regional, tendo em vista sua posição de liderança no bloco.

6 A espionagem estadunidense, exercida em vários países da Europa e da América Latina, foi publicizada pelo ex-assistente técnico da Agência Central de Inteligência (CIA) Edward Snowden que revelou informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos, além de detalhes sobre os programas de vigilância utilizados no país. Em entrevista de junho de 2013 ao *The Guardian*, o denunciante justificou: “[...] não posso, em sã consciência, permitir que o governo dos EUA destrua a privacidade, a liberdade na internet e as liberdades básicas de pessoas ao redor do mundo com essa enorme máquina de vigilância que eles estão construindo secretamente” (Snowden apud Greenwald et al 2013, traduzido).

A fim de evitar recorrências da interceptação ilegal, a estadista garantiu que o Brasil redobrar os mecanismos de proteção e cobrou um posicionamento da ONU frente à questão, enfatizando que as tecnologias de telecomunicação e informação não deveriam ser instrumentalizadas como armas de guerra entre as nações, mas sim como recursos de consolidação diplomática. Nesse sentido, foi proposto pela ex-presidenta o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet, pautado em princípios como a liberdade de expressão, respeito à diversidade e privacidade, neutralidade da rede, entre outros⁷.

Em contrapartida aos governos Lula da Silva, caracterizados por um profícuo alinhamento com o então ministro das relações exteriores Celso Amorim ao longo de oito anos, Dilma Rousseff não estabeleceu um diálogo coeso no que diz respeito à pasta do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – ao longo dos seus cinco anos de mandato, três diplomatas passaram pela condução do ministério: Antonio Patriota (2011-2013), Luiz Alberto Figueiredo (2013-2015) e Mauro Vieira (2015-2016).

No que diz respeito à operacionalização da diplomacia brasileira, a partir de consulta no portal do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UNB), foi factível verificar, quando comparado aos governos de Lula da Silva, uma significativa redução no número de vagas ofertadas pelos concursos de admissão à carreira de diplomata pelo Instituto Rio Branco durante os governos Dilma: 2003 (35); 2004 (35); 2005 (32); 2006 (105); 2007 (105); 2008 (115); 2009 (105); 2010 (108); 2011 (26); 2012 (30); 2013 (30); 2014 (18); 2015 (30); 2016 (30) (Cespe-UNB 2022).

Tal redução no número de vagas representa uma postura brasileira menos atrelada ao fortalecimento e/ou aperfeiçoamento do seu corpo diplomático e, conseqüentemente, distanciando-se de uma possível otimização da sua inserção internacional. Nesse sentido, é ideal referenciar a noção de

⁷ Estes princípios foram melhor debatidos e aplicados ao tema da Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – a NETmundial – que ocorreu em São Paulo, em abril de 2014. O evento reuniu representantes de várias regiões do mundo e de diversos setores, e teve como objetivo central a promoção de uma internet aberta, democrática, livre, multissetorial e multilateral. Sob iniciativa da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça em parceria com o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, foi elaborado um documento normativo sobre governança digital no Brasil: o Marco Civil da Internet. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 determinou diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em torno do tema. Os princípios gerais do Marco Civil da Internet são: garantir a neutralidade da rede e a liberdade de expressão; proteger a privacidade dos cidadãos; proibir o acesso de terceiros a correspondências e dados.

declínio, atribuída ao primeiro governo Dilma por Cervo e Lessa (2014). Ao analisarem o recorte, os autores constataram que as relações internacionais do Brasil se tornaram débeis por conta de dois fatores: a falta de ideias-força⁸ que pudessem mobilizar estratégias coordenadas para a ação externa e a perda de eficiência do paradigma logístico (estratégia que corresponde à articulação efetiva entre o Estado e agentes não governamentais para ações conjuntas). No geral, o programa de política externa do período primou pela manutenção das iniciativas estabelecidas anteriormente, conferindo um caráter perfunctório para tal política pública e provocando o sucateamento do Itamaraty.

O lugar da África nos governos Dilma

A respeito da diplomacia e cooperação junto ao continente africano, verificou-se uma continuidade, em menor proporção, da parceria implementada nos governos Lula da Silva (2003-2010). A agenda de política externa do período esteve alinhada à premissa de respeito à soberania e autodeterminação dos povos. É importante que se entenda o uso desta lógica de “diplomacia solidária” como parte de um discurso culturalista, que a fim de estreitar as relações com as nações africanas, ressalta as similaridades étnicas e culturais do Brasil com este continente. Conforme assinala Paulo Visentini (2016), o estabelecimento de relações comerciais do Brasil com a África está entrecruzado por três elementos: o discurso político (diplomacia de prestígio), o interesse econômico (“imperialismo *soft*”); e a associação entre as duas periferias do sistema mundial, em busca de desenvolvimento (Cooperação Sul-Sul).

Uma das principais modalidades da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) é a cooperação técnica (CT), categoria marcada pelo compartilhamento de conhecimentos, técnicas e experiências bem sucedidas no âmbito nacional, pela capacitação de indivíduos e pelo fortalecimento de instituições estrangeiras em países parceiros. Em

8 Entende-se por ideias-força, segundo Cervo & Lessa (2014), as premissas estabelecidas por um governo a fim de orientar suas ações por meio de uma linguagem simples que alcance a popularidade. No caso de Dilma Rousseff, o que ocorreu foi uma descontinuidade das ideias-força de Lula da Silva, a saber: a) conflito tem dono, solução não tem (como justificativa para mediação de conflitos); b) toda pessoa tem direito a três refeições por dia (base da promoção de políticas públicas voltadas para as áreas da agricultura, alimentação, saúde e educação); c) reciprocidade de benefícios entre as nações (defesa do multilateralismo) e d) é bom para o Brasil (fator de diálogo com o empresariado a fim de internacionalizar a economia brasileira por meio de investimentos no exterior).

geral, a CT é realizada em bases não comerciais, portanto, sem fluxos diretos do Brasil para o exterior, mas sim pela mobilização de profissionais para o cumprimento das mais variadas demandas, seja entre países, ou entre um país e um organismo internacional. No Brasil, a cooperação técnica é coordenada, mormente, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), mas também por órgãos da administração pública federal.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2014; 2017), o governo federal brasileiro despendeu, entre 2011 e 2016, cerca de R\$ 323,7 milhões com ações de cooperação técnica internacional via ABC. Já os gastos de órgãos da administração pública federal com a CT, no mesmo período, correspondem a um total de R\$ 3,8 bilhões. É importante assinalar que, desse total de gastos de órgãos da administração, R\$ 3,2 bilhões foram executados pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seain/MP) e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (Sain/MF) apenas no triênio 2014-2016. No que se refere ao continente africano, entre 2011 e 2016, R\$ 116,1 milhões foram alocados em iniciativas de cooperação técnica.

Destaca-se, sob execução do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), o compartilhamento de experiências em desenvolvimento social e combate à fome por técnicos e especialistas em eventos (conferências, debates, missões, workshops, entre outros) e a organização de delegações com representantes de países africanos, sul-americanos, europeus e asiáticos. Autoridades provenientes de nações africanas como o Angola, Sudão, Botsuana, Costa do Marfim, Moçambique, África do Sul, Senegal, Mali, Tunísia, entre outros, vieram ao Brasil a fim de aprofundar seus conhecimentos em temas como políticas de crédito, de proteção social, segurança alimentar e nutricional, além de sistemas de gerenciamento, monitoramento e avaliação de políticas. Ressalta-se, nesse contexto, o esforço brasileiro em apresentar as principais políticas públicas do MDS, como o Bolsa Família, o Cadastro Único e o Plano Brasil sem Miséria (Ipea 2014; 2017).

No que diz respeito à pesquisa agropecuária, a cooperação técnica brasileira é efetivada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituição pública com relevante atuação no desenvolvimento de tecnologias que contribuam para a sustentabilidade da agricultura. A Embrapa coordena atividades de treinamento, capacitação, intercâmbio de experiências e técnicos junto a países da Ásia, África, Oceania, Europa, América Latina e Caribe. No recorte estudado, algumas das iniciativas desenvolvidas junto ao continente africano foram: assistência técnica e formação de curta duração para pesquisadores angolanos; capacitação de técnicos

moçambicanos em coleta e conservação de insetos e pragas e na produção de hortaliças; ministração de curso sobre prática da rizicultura para técnicos e produtores de arroz senegaleses; treinamento de técnicos do Instituto de Pesquisa em Agricultura do Togo (Itra) em produção e processamento de mandioca; desenvolvimento de técnicas de manejo para plantas parasitas em sistema de produção de legumes nas terras altas da Etiópia; capacitação em melhoramento genético e clonagem de eucalipto na Tunísia, entre outras atividades em distintos países (Ipea 2014; 2017).

A CT do Brasil em saúde pública se expressa mediante a atuação convergente do Ministério da Saúde (MS), através da sua Assessoria de Assuntos Internacionais (Aisa/MS), com fundações: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa); e com autarquias: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Destaca-se que durante os governos Dilma Rousseff, algumas das principais atividades realizadas neste segmento foram: a implantação de triagem neonatal e diagnóstico laboratorial e por imagem de doença falciforme em Angola; formação de técnicos de saúde congolese em prevenção do HIV e sensibilização de jovens para o tema; fortalecimento do sistema de vigilância sanitária e reforço da capacidade analítica dos laboratórios de Burkina Faso; fortificação do programa de combate à tuberculose em São Tomé e Príncipe, para além de outras iniciativas (Ipea 2014; 2017).

Para além da cooperação técnica, a parceria em educação do Brasil com países africanos no período se manteve profícua e caracterizada por uma ampla organicidade que envolve mais de cem instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras, a Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE), a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em linhas gerais, nessa modalidade de cooperação, prezou-se pela manutenção do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), ambos voltados para possibilitar o acesso de estudantes africanos a instituições de ensino superior brasileiras, assim como a concessão de bolsas de estudos e outros auxílios. Países como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique despontam como as nações africanas mais contempladas durante esse período (Ipea 2014; 2017).

Tais atividades, contempladas em documentos oficiais do Ipea, refletem a postura brasileira em ser promotora, em potencial, da lógica do compartilhamento de experiências entre os seus parceiros do sul global. A fim de melhor visualizar o grau da cooperação brasileira junto ao continente

africano, um conjunto de iniciativas implementadas ao longo da gestão de Dilma Rousseff, disponíveis na página da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foram catalogadas. Avaliando o quadro de projetos via ABC implementados durante os governos Dilma em solo africano, foi possível identificar um setor de maiores investimentos: a agricultura. De acordo com a tabela abaixo, o referido segmento foi contemplado com 35 projetos de cooperação, correspondendo a cerca de 22% do conjunto total de 155:

Tabela 1: Quantitativo de iniciativas de cooperação Brasil-África em agricultura (2011-2016)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL/ SUBSETOR
Subse- tor	Abastecimento					1		1
	Agricultura familiar	9	3	1		1		14
	Agroecologia	1		1		1		3
	Cooperativismo	1	1					2
	Cotonicultura		1		2	1		4
	Cultivos anuais	1						1
	Defesa Sanitária Vegetal	1						1
	Extensão rural	1						1
	Fruticultura	1	1					2
	Horticultura			1				1
	Irrigação	1						1
	Pesquisa	2	1					3
	Políticas Públicas	1						1
	TOTAL/ANO	19	7	3	2	4		35

Fonte: Projetos de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África (ABC-MRE). Elaborado pelos autores.

Conforme exposto na tabela acima, um dos subsectores referentes à agricultura recebeu maior ênfase durante o recorte estudado: a agricultura familiar, categoria contemplada com 14 projetos iniciados no período (40% da categoria agrícola da cooperação Brasil-África). Aos demais, coube a implementação de um número menor: de um a quatro projetos. Algumas das iniciativas foram: a implantação de bancos comunitários de sementes crioulas na África do Sul e Moçambique (Agricultura Familiar); a implemen-

tação do sistema de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS) no Senegal (Agricultura Familiar); o apoio ao cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo (Agroecologia); o transporte de materiais, tradução e suprimentos de laboratório aos projetos de produção e mandioca, frutas tropicais e hortaliças na Nigéria (Pesquisa); a implementação de uma unidade de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais em Guiné Bissau (Fruticultura), entre outros projetos.

Portanto, verifica-se a manutenção da cooperação agrícola entre o Brasil e países africanos ao longo dos governos Dilma, marcadamente por meio do compartilhamento de experiências em distintas áreas do setor. Esta é uma forma de instrumentalizar novas técnicas de cultivo e/ou aperfeiçoar as existentes, otimizando os resultados. Para além da agricultura, foram lançadas, ao longo do recorte trabalhado, uma série de iniciativas em outros 19 setores, cuja distribuição está esboçada a seguir:

Tabela 2: Demais áreas contempladas pela agenda Brasil-África entre 2011 e 2016

GRUPO	SETOR	QUANTIDADE
GRUPO I (acima de dez iniciativas)	Defesa	25
	Saúde	15
	Educação	14
	Cooperação Técnica	11
	Administração Pública	10
GRUPO II (quatro a seis iniciativas)	Esporte	6
	Meio Ambiente	6
	Pesca	6
	Desenvolvimento social	5
	Segurança Pública	5
	Justiça	4
	Cultura	4
GRUPO III (uma ou duas iniciativas)	Indústria e Comércio	2
	Transportes	2
	Ciência e Tecnologia	1
	Comunicações	1
	Pecuária	1

GRUPO	SETOR	QUANTIDADE
GRUPO III (uma ou duas iniciativas)	Planejamento	I
	Trabalho e Emprego	I

Fonte: Projetos de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África (ABC-MRE). Elaborado pelos autores.

Em síntese, durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016) foram iniciadas 155 atividades de cooperação (incluindo projetos, missões e capacitações), com a seguinte distribuição anual: 80 em 2011; 39 em 2012; 9 em 2013; 8 em 2014; 11 em 2015; e 8 em 2016. O gradativo decréscimo do número de iniciativas no período em questão decorre de dois fatores: o estabelecimento de atividades que demandam execução à médio ou longo prazo e a queda, já no início do governo Dilma I, dos custos destinado ao principal órgão gerenciador da cooperação no Brasil, a ABC:

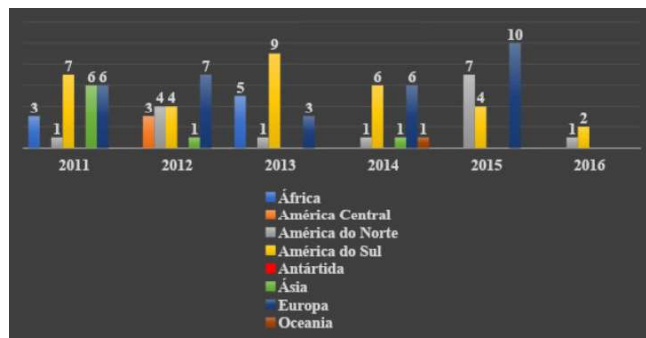
Tabela 3: Dispendios do governo federal brasileiro com a Agência Brasileira de Cooperação (2010-2016) em R\$

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
77.633.782	59.857.297	45.683.440	45.914.223	48.827.943	63.014.836	60.480.602	401.412.123

Fonte: Relatórios Financeiros: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Ipea 2016; 2018). Elaborado pelos autores.

Além da redução no orçamento, um segundo desafio para a ABC é o fato de, apesar de sua designação formal como uma agência, ela opera como um departamento subordinado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), carecendo, assim, de considerável autonomia administrativo-financeira. Outro importante indicador no estudo de política externa são as viagens internacionais realizadas pelo dirigente do Estado, atribuindo relevância ao conceito de Diplomacia Presidencial, que faz referência à “[...] condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de Estado e/ou pelo chefe de governo” (Danese 2017, 67). O conjunto de viagens diplomáticas feitas ao continente africano por Dilma Rousseff, ao longo dos seus dois mandatos presidenciais, se caracteriza por um descompasso. Ao todo foram realizadas oito viagens em direção a África, sendo estas concentradas na primeira metade do seu período de governança (2011-2013). O gráfico a seguir esboça o reduzido número de deslocamentos de Rousseff ao continente africano quando comparado a outras regiões do globo:

Gráfico 1: viagens da presidenta Dilma Rousseff pelos continentes do globo durante os seus dois mandatos (2011 - 2016)



Fonte: Brasil, Viagens presidenciais internacionais Dilma Rousseff. Elaborado pelos autores.

A partir do gráfico acima é possível verificar que a gestão de Rousseff foi marcada, sobretudo, por uma regionalização da agenda de viagens, uma vez que a América do Sul foi visitada em todos os anos da gestão, e uma inclinação para a Europa, que deixou de ser visitada em apenas um ano, 2016. Procurou-se enfatizar, em maior ou menor grau, a diplomacia com os países sul-americanos, em especial com aqueles componentes do Mercosul, restringindo os anseios que outrora o Brasil tivera em promover uma integração do Atlântico Sul que contemplasse de forma equânime os países africanos. A respeito destes últimos, se fizeram presentes de maneira diminuta no itinerário de Dilma Rousseff, sendo visitados: África do Sul, Angola, Etiópia, Guiné Equatorial, Moçambique e Nigéria.

As razões pelas quais os países citados se fizeram presentes na agenda de viagens da estadista circunscrevem às seguintes ocasiões:

1. **Outubro de 2011:** passagem por África do Sul (V Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS); Moçambique (Cerimônias alusivas aos 25 anos de falecimento do ex-presidente Samora Machel) e Angola (Tratativas de fortalecimento da cooperação bilateral);
2. **Fevereiro de 2013:** passagem por Guiné Equatorial (III Cúpula América do Sul-África – ASA) e Nigéria (Tratativas do mecanismo de diálogo estratégico entre as duas nações);
3. **Março de 2013:** participação na V Cúpula do BRICS, realizada na África do Sul;

4. **Maio de 2013:** passagem pela Etiópia para participar das comemorações do Cinquentenário da Organização da Unidade Africana (OUA);
5. **Dezembro de 2013:** participação na cerimônia oficial de exéquias do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela.

O diminuto itinerário de Dilma Rousseff com relação à África representa uma queda da diplomacia presidencial brasileira apresentada pelo governo anterior. Como parte da sua orientação globalista, Lula da Silva viajou pelo continente africano em todos os seus oito anos de governo, entre 2003 e 2010, visitando 22 países com uma distribuição equilibrada de uma a duas viagens ao continente por ano, ante o número de oito países visitados pela sua sucessora. Ademais, apesar de as viagens à África realizadas por Dilma Rousseff estarem concentradas em apenas dois anos, 2011 e 2013, é importante ressaltar que a comparação aqui estabelecida não é tecnicamente proporcional: enquanto Lula da Silva esteve na presidência da república por 8 anos, Rousseff ocupou este cargo durante 5 anos e 243 dias. Desse modo, é possível que a estadista tenha realizado (ou não) mais viagens ao continente africano até o fim de 2018, caso não tivesse sido afastada pelo processo de *Impeachment* em meados de 2016.

Por ocasião do cinquentenário da União Africana, em 2013, Dilma Rousseff anunciou que o governo brasileiro cancelaria ou renegociaria cerca de US\$ 900 milhões em dívida externa de países africanos, como forma de estreitar as relações econômicas com o continente. Entre os países beneficiados estavam Congo-Brazzaville, Tanzânia, Zâmbia, Senegal, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, República da Guiné, Mauritânia, São Tomé e Príncipe, Sudão e Guiné Bissau (BBC News Brasil 2013).

É pertinente destacar que, apesar de revestida de um discurso solidarista sustentado no argumento de ganhos mútuos entre países do Sul Global, tal iniciativa se configurou como um esforço de fomentar a internacionalização de empresas brasileiras em solo africano, uma vez que a legislação impede que sejam concedidos benefícios para nações com dívidas atrasadas junto ao Brasil:

O sentido dessa negociação é o seguinte: se eu não conseguir estabelecer negociação, eu não consigo ter relações com eles, tanto do ponto de vista de investimento, de financiar empresas brasileiras nos países africanos e também relações comerciais que envolvam maior valor agregado. Então o sentido é uma mão dupla: beneficia o país africano e beneficia o Brasil (BBC News Brasil 2013, n.p.).

Desse modo, a prática de cancelamento ou renegociação das dívidas constitui-se como um importante contributo para a fixação de empresas petrolíferas, mineradoras, de construção civil e empreiteiras em países africanos, via financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Azevedo 2013). A decisão foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos em 2016.

A renegociação de dívidas de países africanos possibilitou, por exemplo, a compra, por parte de Senegal, de três aviões Super Tucano, da Embraer, e dois navios-patrolha, da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), aquisições que contaram com um financiamento de US\$ 120 milhões por parte do BNDES; a construção de duas rodovias e implementação de obras de urbanização em Brazzaville (Congo) por parte da empresa de infraestrutura Andrade Gutierrez. Em entrevista à Folha de São Paulo, o diplomata Roberto Abdenur aponta que com os descontos “Você está zerando a conta de países que não nos pagaram para abrir novos créditos que terão de ser perdoados. Países nessas condições continuarão a ser maus pagadores”, representando uma postura crítica à prática de abrir crédito a países inadimplentes (Fleck 2013).

A cooperação Brasil-Cabo Verde

Após as duas primeiras décadas do século XXI, já se verificou que o Atlântico Sul é uma área geoestratégica relevante para os planos de projeção internacional do Brasil. Essa importância pode ser identificada na retórica, especialmente dos governos Lula e Rousseff, a respeito da cooperação entre os países do sul global. As iniciativas de cooperação ainda possuem um caráter intermitente, ou seja, são variáveis de acordo com os diferentes contextos e diretamente relacionadas a interesses econômicos ou políticos, portanto “[...] não se pode, de forma ingênua, considerar a cooperação ou a ajuda ao desenvolvimento como uma prestação social, assente em valores morais e humanitários” (Furtado 2013, 225).

Procurando refletir sobre a importância histórica do Atlântico Sul para as relações internacionais do Brasil, José Flávio Sombra Saraiva (2012) cunhou dois pertinentes conceitos que fundamentam a atuação do país nesta região. O primeiro deles é o Atlantismo Brasileiro, referente à estratégia de empreender parcerias junto aos países da África Atlântica, a partir de um discurso de valorização à contribuição étnica dos africanos para a formação do povo brasileiro. Já o segundo conceito, fortemente intrincado ao primeiro,

é o da África parceira que, a fim de estabelecer uma lógica de interação profícua com o continente, o entende como uma região estratégica e dotada de oportunidades para a projeção internacional do Brasil. Ambos se valem de uma perspectiva relacional histórica entre as duas regiões para reforçarem a ideia de reaproximação atlântica. É dentro desta lógica que se insere a parceria do Brasil com Cabo Verde.

Algumas das atividades de cooperação brasileira desenvolvidas junto ao arquipélago após sua independência, em 1975, estiveram relacionadas a temas como: gestão de recursos hídricos, capacitação técnica nas mais distintas instituições cabo-verdianas; apoio ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, como a caprino-ovinocultura e horticultura; a implantação de um banco de leite humano; capacitação de diplomatas, entre outros. É a partir desse panorama mais amplo da cooperação, entendida como um *continuum* ao longo das últimas décadas, que se faz necessário lançar um olhar para a parceria implementada durante os governos Rousseff (2011-2016).

Tabela 4: Evolução dos dispêndios do governo federal brasileiro com a cooperação técnica internacional em Cabo Verde (2010-2016) em R\$:

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
2.976.507	1.259.199	462.827	625.850	533.942	504.959	171.430	6.534.714

Fonte: Relatórios Financeiros: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Ipea 2016; 2018). Elaborado pelos autores.

A tabela acima esboça o gradativo decréscimo de investimentos brasileiros no que concerne à cooperação técnica junto ao arquipélago de Cabo Verde. Ademais, apesar da drástica redução dos dispêndios, houve iniciativas substanciais para o fortalecimento da parceria no período em questão, especificamente 21 atividades. O gráfico a seguir apresenta a distribuição orçamentária da Agência Brasileira de Cooperação com cada um dos setores contemplados na parceria com Cabo Verde entre os anos de 2011 e 2016.

Gráfico 2: Distribuição orçamentária da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por setor, no quadro institucional de iniciativas junto à Cabo Verde (2011-2016)



Fonte: ABC-MRE, Sumário Executivo das Iniciativas de Cooperação junto a Cabo Verde. Elaborado pelos autores.

Verifica-se que, durante o recorte estudado, a educação corresponde ao setor de maiores incrementos cooperativos. Realizado este balanço quantitativo, faz-se importante lançar um enfoque para o conteúdo da cooperação desenvolvida no período:

Educação: foram iniciadas três turmas do curso de prática diplomática do Instituto Rio Branco, com vagas ofertadas a membros das chancelarias de países parceiros, incluindo Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, entre outros; além disso foi realizada uma missão de prospecção em Cabo Verde no intuito de negociar projetos de cooperação técnica na área da educação, envolvendo instituições brasileiras como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); e, por fim, ressalta-se o projeto de capacitação da equipe do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde que possibilitou, consequentemente, a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) no arquipélago.

Saúde: foram iniciados dois projetos, um de fortalecimento da atenção primária à saúde em Cabo Verde, por meio da formação de profissionais e aprimoramento de ações de saúde mental e controle de epidemias; e o outro voltado para fortalecer a Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), por meio de práticas como a elaboração de planos estratégicos de qualidade e a capacitação de recursos humanos. Para além dos projetos, foram realizadas duas missões de prospecção: a primeira para aferir a demanda e infraestrutura para a área de telemedicina e a segunda para negociar a revisão do projeto Banco de Leite Humano.

Defesa: durante o recorte foram realizadas três capacitações militares envolvendo cabo-verdianos, em 2012, 2013 e 2014. As atividades consistiram no compartilhamento de conhecimentos e técnicas de defesa (planejamentos estratégicos e operacionais locais) com militares cabo-verdianos por meio de intercâmbio nas Forças Armadas Brasileiras.

Cooperação Técnica: foram realizadas duas missões, a primeira, executada pelo Ministério da Cultura (MinC), para negociar com o governo caboverdiano projetos de cooperação técnica nas áreas de aviação civil, meio ambiente, tecnologia da informação, habitação, patrimônios culturais, promoção da inclusão de pessoas com deficiência e estatística agrícola. Já a segunda, deu-se pela apresentação do estudo intitulado: “Um Programa de Transferência de Renda para Combater a Vulnerabilidade Social em Cabo Verde”, por parte do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA-Brasil), o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC/PNUD) e o Escritório do Programa das Nações Unidas em Cabo Verde.

Administração Pública: executado em duas fases, a primeira entre 2011 e 2012, e a segunda entre 2012 e 2018, o reforço institucional do Banco de Cabo Verde consistiu na capacitação e treinamento de técnicos caboverdianos por meio de missões de estudos no Banco Central do Brasil. Algumas das áreas de enfoque do intercâmbio foram: recursos humanos, política monetária, sistemas de liquidação e de pagamentos, entre outros.

Demais setores: nas comunicações, foi realizado um reforço institucional da infraestrutura de chaves públicas da Agência Nacional das Comunicações de Cabo Verde (ANAC); no setor de meio ambiente, foi iniciada a produção de um estudo de viabilidade das áreas de artesanato e reciclagem de lixo na cidade da Praia a fim de subsidiar a captação de recursos para o desenvolvimento de cadeias produtivas; em segurança pública, ocorreu a capacitação de inspetores de aviação civil nas áreas de segurança operacional e infraestrutura; e, por fim, no setor de trabalho e emprego, foi realizado o curso de capacitação intitulado “Contextos e desafios para a conquista do trabalho decente”, com ações de treinamento ligadas às normas internacionais do trabalho, e à promoção de emprego de qualidade e diálogo social.

Em geral, a presença brasileira no continente africano e, especialmente, em Cabo Verde, deve ser entendida como parte de um projeto de internacionalização da influência política e econômica do país no Sul Global, mas que nem por isso, deve-se desconsiderar a extrema relevância das práticas de cooperação desenvolvidas no bojo desses interesses. Ao mesmo tempo que a África tem se mostrado como uma região profícua de oportunidades de parcerias para o Brasil, os países africanos vislumbram ter acesso às ‘boas práticas’ brasileiras,

marcadamente no que se refere à programas sociais e de capacitação técnica, portanto, a faceta estratégica não anula o mérito das atividades realizadas no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Conclusão

Realizada a exposição dos principais dados obtidos na pesquisa, é essencial nos reportarmos ao compromisso assumido no início deste artigo: justificar o uso do termo manutenção para complementar o atlantismo brasileiro durante os governos Rousseff. Expressa-se tal posição aludindo ao conturbado contexto que marcou a política interna da ex-presidenta, notadamente a conjunção de problemas econômicos (queda do PIB, desindustrialização e reprimarização das exportações brasileiras) e políticos (o envolvimento de membros da burguesia interna na Operação Lava Jato fragilizou a aliança estabelecida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tanto com massas do país quanto com as frações burguesas). Nesse sentido, a manutenção se deu porque, mesmo em um cenário desfavorável, Rousseff deu prosseguimento à cooperação com os países do Sul Global.

Explorando a parceria com o continente africano, observou-se uma continuidade em relação à gestão de Lula da Silva, que havia intensificado a diplomacia com o Sul Global. No entanto, essa continuidade demonstrou-se menos robusta devido aos fatores supracitados. Foi identificada a manutenção da cooperação técnica com países como Moçambique, Angola, Nigéria, Etiópia, entre outros, marcadamente em duas áreas selecionadas: a pesquisa agropecuária e a saúde pública, por meio de formação institucional e compartilhamento de experiências.

Por fim, ao analisar o nível de cooperação com Cabo Verde, foi possível concluir que o arquipélago se manteve como uma região estratégica para a ampliação da esfera de influência brasileira no Atlântico Sul. Um dos mecanismos de concertação do Brasil com este país africano é a lusofonia, que possibilita uma coesão na execução de atividades como o reforço institucional do Banco de Cabo Verde; curso de prática diplomática; capacitação de militares, entre outros.

A retração da postura ativa do executivo na condução da política externa do país, a diplomacia presidencial, pôde ser identificada a partir do diminuto itinerário de Rousseff à África. Ao longo da sua gestão, a estadista esteve no continente apenas em dois anos, 2011 e 2013, diferentemente do seu antecessor, que visitou países africanos em todos os oito anos de governo. Isso permite depreender que a diplomacia presidencial de Dilma Rousseff para o continente africano pode ser caracterizada como comedida ou reativa, uma vez que ela estava voltada, especialmente, para a resolução de questões internas.

A investigação possibilitou o mapeamento e a sistematização de algumas das políticas de cooperação desenvolvidas entre o Brasil e o continente africano, em especial com Cabo Verde. No entanto, abre margem para a realização de inúmeras pesquisas concomitantes, como sobre a parceria em outras áreas que não a agricultura, situadas na tabela 02; em torno dos efeitos e resultados dos projetos de cooperação para a realidade cabo-verdiana (o que demandaria uma diversificação das fontes, ampliando os contatos com os órgãos executores oficiais); ou mesmo o desenvolvimento de uma análise acerca da retração gradual da política africana do Brasil na transição entre os governos Rouseff e Temer, alinhando a uma perspectiva mais pragmática e neoliberal.

REFERÊNCIAS

Documentação

- AABC-MRE. 2021. Projetos de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África.
- ABC-MRE. 2021. Projetos de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Cabo Verde.
- ABC-MRE. 2022. Sumário Executivo das Iniciativas de Cooperação junto a Cabo Verde.
- Brasil, Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, durante Abertura da 70
- Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nova Iorque – EUA, 28 de setembro de 2015. Biblioteca da Presidência da República.
- Brasil, Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, na abertura do Debate Geral da 66 Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque-EUA, 21 de setembro de 2011. Biblioteca da Presidência da República.
- Brasil, Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, na abertura da 67 Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque-EUA, 25 de setembro de 2012. Biblioteca da Presidência da República.
- Brasil, Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, na abertura do Debate Geral da 68 Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2013. Biblioteca da Presidência da República.
- Brasil, Discurso da Presidenta da República, Dilma Rouseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2014. Biblioteca da Presidência da República.

Brasil, Viagens presidenciais internacionais Dilma Rousseff – 1 e 2 mandatos. Biblioteca da Presidência da República.

Brasil, Viagens presidenciais internacionais Lula da Silva – 1 mandato. Biblioteca da Presidência da República.

Brasil, Viagens presidenciais internacionais Lula da Silva – 2 mandato. Biblioteca da Presidência da República. Cespe-UNB. 2022. Concursos e seleções encerrados.

Ipea. 2016. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2011-2013. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. 184 p.

Ipea. 2018. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2014-2016. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. 315 p.

Reportagens

Azevedo, Reinado. 2013. “Dilma perdoou dívida de países africanos de olho em 2014.” *Revista Veja*, 31 de maio de 2013. <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/dilma-perdoou-divida-de-paises-africanos-de-olho-em-2014>.

BBC News Brasil. 2013. “Brasil perdoa quase US\$ 900 milhões em dívidas de países africanos.” *BBC News Brasil*. 25 de maio de 2013. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_perdao_africa_mdb.

Fleck, Isabel. 2013. “Perdão a países africanos impulsiona empresas brasileiras.” *Folha de São Paulo*, 11 de agosto de 2013. <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1324813-perdao-a-paises-africanos-impulsiona-empresas-brasileiras.shtml>.

Greenwald, Glenn; Ewen Macaskill; Laura Poitras. 2013. “Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations.” *The Guardian*, 11 de junho de 2013. <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>.

Bibliografia

Albanus, Adriana Pilar Ferreira. 2015. Continuar não é repetir: a política externa dos governos Lula e Dilma em perspectiva comparada. *Neiba: Cadernos Argentina-Brasil* 4: 1-12. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13860>.

Barriviera, Giovanna de Neiva. 2016. O lugar da África na política externa brasileira após 2003. *Conjuntura Austral* 7 (36): 57-72. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/66198>.

- Casarões, Guilherme Stolle Paixão e. 2012. Construindo pontes? O Brasil diante da Primavera Árabe. *Ciência e Cultura* 64 (4): 47-50. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400018.
- Cervo, Amado Luiz; Antônio Carlos Lessa. 2014. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional* 2 (57): 133-151. <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGvYXfKP6GvwydF8WLqP-F/?lang=pt>.
- Cornetet, João Marcelo Conte. 2014. A política Externa de Dilma Rousseff: Continência Na Continuidade. *Conjuntura Austral* 5 (24): 111-150. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628>.
- Costa, Cristiana Martinello da. 2015. “Cooperação técnica Brasil-África no governo Dilma Rousseff: expansão ou retração?”. Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- Danese, Sérgio. 2017. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Brasília: FUNAG.
- Desiderá Neto, Walter Antonio. 2017. O Brasil e o Mercosul no governo Dilma (2011-2016). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe* (14): 117-137. <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/04/008-Desidera.pdf>.
- Furtado, Cláudio Alves. 2013. Cooperação para o Desenvolvimento entre o Brasil e Cabo Verde: Possibilidades e Limites. *Olhares Sociais* 1 (2): 221-245.
- Hermann, Charles Frazer. 1990. When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly* 1 (34): 3-21. <https://www.jstor.org/stable/2600403>.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2012. *África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- Saraiva, Miriam Gomes. 2014. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?. *Relações Internacionais* (44): 25-35. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf.
- Ziebell de Oliveira, Guilherme. 2015. Política Africana Do Brasil: Mudança Entre Lula E Dilma?. *Conjuntura Austral* 6 (29): 29-48. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51761>.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as principais ações de cooperação e diplomacia entre o Brasil e países do continente africano, com destaque para o arquipélago de Cabo Verde. O estudo tem como recorte os anos de 2011 a 2016, período de governança de Dilma Rousseff na República Federativa do Brasil, marcado pela manutenção de uma política africana fixada anteriormente, mas com relativa inflexão, sobretudo quando comparado ao governo anterior, de Lula da Silva (2003-2010). A documentação utilizada abrange dados do portal da Agência Brasileira de Cooperação

(ABC), notadamente no que diz respeito aos projetos implementados; dos relatórios financeiros Cobradi, elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no que concerne aos dispêndios do governo federal brasileiro com a cooperação; da Biblioteca Nacional da Presidência, marcadamente viagens presidenciais e discursos diplomáticos; e, de modo acessório, o sumário executivo de iniciativas Brasil-Cabo Verde, disponibilizado pela ABC. Por meio da caracterização da parceria entre Brasil e Cabo Verde, explorando a cooperação técnica desenvolvida, infere-se que, embora com menos vigor, a política externa brasileira para a África durante os anos Rouseff produziu atividades relevantes para o contexto de governança sincrética no Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rouseff. Cooperação. Brasil-Cabo Verde.

Recebido em 21 de setembro de 2023

Aceito em 26 de outubro de 2023⁹

9 Como citar: Silva, Tatiana Raquel Reis, e Leandro Chaves Batista. 2023. "Atlantismo em manutenção: um balanço da parceria entre Brasil e Cabo Verde durante os governos Dilma Rouseff (2011-2016)". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8 (16), 89-112. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.133628>.